

A INDISCIPLINA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CHEFE: Ademir Nunes Gonçalves
VICE-CHEFE: Marcos Gehrke

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO
SOCIOCULTURAL PARA CONTEXTOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES**

COORDENADORA DO CURSO: Suzete Terezinha Orzechowski Brandalize
COORDENADORA DE TUTORIA: Laurete Maria Ruaro

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.



UNICENTRO
PARANÁ

SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI

**A INDISCIPLINA NA
ESCOLA: POSSIBILIDADES DE
ENFRENTAMENTO**

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
ESCOLA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO!	09
O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA INDISCIPLINA	14
ESCOLA E SEUS OBJETIVOS NO ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Para tratar deste conteúdo no contexto escolar é importante estabelecer clara relação entre professor e aluno. É na interação professor-aluno que acontece uma das funções da escola: a articulação dos processos de ensino e, de aprendizagem. Neste contexto a discussão da indisciplina e da violência na escola são temas transversais lembrados e tratados desde o aparecimento da instituição escolar, no mundo. Daí a necessidade de se refletir a temática nas relações que se estabelecem no contexto escolar. Este é o eixo central da discussão que se apresenta a seguir. A primeira Unidade contempla o ambiente escolar e o professor. Na segunda Unidade a atenção estará voltada para o aluno, principal protagonista nos comportamentos e atitudes que não apresentam ações desejadas e esperadas. Para trabalhar a temática autores como Aquino (1998); De La Taille (2002); Silva (2004); Justo (2006); Garcia (1999,2008), Piaget (1994), foram consultados.

A indisciplina e a violência na escola são comportamentos que perpassam todo um contexto onde os sujeitos estão inseridos e, neste sentido, muitos estudos apontam para a necessidade de ampliar a ótica sobre a temática. Entretanto, é compreensível que se fragmentem as discussões quando se trata de obter um aprofundamento mais satisfatório em aspectos diferentes. Neste momento é o que se fará, destacando dois aspectos que tem relevância imediata para as discussões encaminhadas e, nas considerações finais apontar-se-ão aqueles que se fizerem complementares mas, necessários.

ESCOLA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO!

É o contexto escolar uma instituição que nasce para uma função pontualmente regulatória e organizacional. Regula os tempos e organiza os conteúdos, processos e métodos, sistematiza o ensino e a aprendizagem¹. Em outra área está a ética que também fez um percurso para a institucionalização, atualmente temos os códigos de Ética em cada profissão, em cada seguimento social. Estas duas áreas educação e ética são fundamentais para o processo de socialização e, por isso, a indicação de ambas, iniciando a análise pretendida sobre a Escola como espaço de socialização! Ao dar um grande salto no tempo para a evolução do processo de institucionalização das duas áreas: educação e ética; é possível aportar no sistema escolar atual, o qual está organizado a partir da educação infantil. É neste contexto que se encontra a ética ensinada, transmitida e trabalhada pela educação escolar. Esta percepção de integração entre a educação e a ética está bem descrito no texto de FULGHUM (1988), no livro “Tudo que eu devia saber aprendi no jardim de infância”. Transcrevemos aqui um trecho:

É interessante apontar que o texto traz uma reflexão sobre como a escola trabalha valores e comportamentos. Entretanto, quando essas crianças passam pela escola e chegam na Universidade, alguns demonstram não ter aprendido os comportamentos e atitudes de cuidado consigo mesmo e com os

¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 1993. Na obra o autor traça o caminho que a educação fez até chegar à institucionalização da educação na escola.

1. Compartilhe tudo;
2. Jogue dentro das regras;
3. Não bata nos outros;
4. Coloque as coisas de volta onde pegou;
5. Arrume a bagunça;
6. Não pegue as coisas dos outros;
7. Peça desculpas quando machucar alguém; mas peça mesmo!!!
8. Lave as mãos antes de comer e agradeça a Deus antes de deitar;
9. Dê descarga; (esse é importante)
10. Biscoitos e leite quentinhos fazem bem pra você;
11. Respeite o limite dos outros;
12. Leve uma vida equilibrada: aprenda um pouco, pense um pouco... desenhe...cante... dance...brinque... trabalhe um pouco todos os dias;
13. Tire uma soneca a tarde; (isso é muito bom)
14. Quando sair, cuidado com os carros;
15. Dê a mão e fique junto;
16. Repare nas maravilhas da vida;
17. O peixinho dourado, o hamster, o camundongo branco e até mesmo a sementinha no copinho plástico, todos morrem... nós também.

outros. Dados empíricos revelam que, alguns alunos durante a caminhada escolar, são indisciplinados².

A ideia de que na educação infantil se aprende a cuidar de si e dos outros articula-se com o pensamento sobre a função social da escola, que indica a socialização como um processo inerente à escolarização. Seria a escolarização, um processo que embasa a boa convivência, a vida social democrática e equitativa. Assim sendo, a escola seria um espaço de cidadania e participação sociocultural, onde a construção do conhecimento acontece e promove a vida em sociedade.

Neste sentido o trabalho escolar é ensinar a ser social e a vir-a-ser homem humanizado, que convive democraticamente. Porém verifica-se, que o contexto escolar é um ambiente institucionalizado que não está imune às relações com o todo do tecido social. Neste, persistem os dilemas socioculturais, políticos, espirituais e emocionais, comuns aos seres humanos.

A escola passa a ser mais uma instituição que compõem a organização da sociedade hodierna. Como não está em uma redoma de vidro, à escola cabe problematizar os dilemas socioculturais e políticos. Isso porque, em sua função principal está o ensino ancorado na produção de conhecimento acumulado pela humanidade. E, portanto, não se reduz a mera transmissão deste conhecimento, mas sua problematização, a qual propicia uma aprendizagem significativa crítica³.

2 Dados empíricos são aqueles que advém da prática dos professores que em seu cotidiano observam alunos indisciplinados. Celso Antunes (2002), Parrat-Dayán (2012), são autores que analisam e aprofundam tais dados.

3 Esta é uma possibilidade de ensino e de aprendizagem defendida por Moreira (2010). Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf>, acesso em 24/10/2012.

Portanto, é a escola um lugar de problematizações, de análise dos conflitos pelos quais passa a sociedade em seu processo de transformação. Neste sentido a escola além de inserir os sujeitos na vida social, provoca para que, estes sujeitos, analisem a sociedade e seus dilemas e, promovam a transformação desejada. Para tanto, existe uma figura singular, o professor.

O professor é aquele que apoia o aprendiz, auxilia na articulação das áreas de conhecimento, bem como, provoca a atenção daquele que aprende no processo de construção do conhecimento. E, esse trabalho pedagógico, acontece desde a Educação Infantil até a pós graduação. O professor é aquele que professa é aquele que ensina. E, ensinando também aprende, como já apontava Freire (1921-1997). Neste contexto, segundo Leo Buscaglia (1924-1998), ensinar envolve conhecer:

Ninguém ensina o que não sabe. Ninguém pode dar aquilo que não possui. Ninguém pode conhecer aquilo que não estuda. Ninguém pode apreciar aquilo que não aceita. Ninguém pode duvidar daquilo que se quer realmente acreditar. Ninguém vive aquilo a que não se dedica. Ninguém admite aquilo a que não se entrega. (BUSCÁGLIA, p.53, 1982).

Esta necessidade de conhecer e aprender junto com o outro, para que, em conjunto se possa transformar o que desejamos, é uma qualidade do *ser* professor. E, como vai construindo suas qualidades, o professor vai também reorganizando seu método de ensino. Segundo Garcia (2010)⁴, em relatórios de padres, entre 1910 e 1920, se propagava a ideia de que a educação disciplinar passava pelas qualidades que deveria ter o professor. Tais qualidades estariam assim dimensionadas:

- Qualidades Físicas: boa saúde, vista normal, ouvido em boas condições, voz clara e dignidade exterior (bem apanhado, bem apessoado);
- Qualidades Intelectuais: ciência suficiente (conhecimento de sua área e cultura geral), conhecimentos profissionais (técnicas e objetivos de ensino), faculdades cerebrais harmoniosamente desenvolvidas (memória, imaginação, observação e crítica) e, espírito morigerado (sóbrio, moderado, comedido);
- Qualidades Morais: bom gênio (mansidão/firmeza), tolerância, dignidade moral (valores pessoais e sociais adequados), práticas espirituais e de amor;
- Qualidades sobrenaturais: espírito de fé (confiança no aluno), zelo no acontecimento das coisas, piedade (misericórdia e saber perdoar).

4 Seminário de Indisciplina e Violência na Escola. PUC/Pr., 2010. Palestra proferida no Programa de Doutorado.

Estas eram as qualidades de um bom professor, o qual, seria exemplo de disciplina entre os estudantes. Entre 1960 a 1990, foi Theobaldo Miranda Santos em “Noções da Prática de Ensino” (1956), que remeteu a manutenção da disciplina por meio das práticas de ensino utilizadas pelo professor. A partir desse pensamento se articula autoridade em sala de aula com a autoridade na competência técnica do professor. Tem-se uma relação estreita entre disciplina e método. Na década de 1990, José Carlos Libâneo escreve “Didática” (1994), neste livro se fortalece a autoridade do professor a partir da sua prática metodológica. Assim vai se construindo a necessidade do aprofundamento no “estilo” de ensino para promover a aprendizagem e, conseqüentemente aprimorar a disciplina. A partir dos anos 2000 com Jacques Delors e seu relatório para a UNESCO publicado em 1998, no qual apresenta os 4 pilares da educação: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer; a prática pedagógica se inter-relaciona com as competências éticas e cognitivas que podem ser construídas também na escola. A visão humanística articula-se com a visão técnica da educação.

A visão preventiva e intervencionista da escolarização é implementada na escola de Sumerhill e na escola da Ponte, nas quais, a construção coletiva é o que embasa o processo assemblear e os grupos de apoio, partindo da ideia de co-responsabilidade. Portanto, ensino e aprendizagem são faces da mesma moeda, que se complementam e se completam em um mesmo objetivo: construção de conhecimento. Professor e aluno são sujeitos do mesmo processo educacional. E, parafraseando Freire (1996): Se ensina o que se sabe. Se sabe o que se aprende. Neste sentido, ainda segundo Freire (1996) o professor:

- Não deve se violentar;
- Deve gostar de ensinar;
- Deve dispor-se ao diálogo;
- Deve olhar com esperança;
- Deve cuidar de si mesmo e dos outros sem trégua;

Ainda não se pode deixar de apontar que o professor é um exemplo de compromisso, sapiência, justiça, competência e comprometimento. Portanto, o ditado: “Faça o que eu mando e não faça o que eu faço”, acaba caindo por terra quando é função primeira do professor: Ensinar! Ensinar a democracia, ensinar a justiça, ensinar o compromisso e a corresponsabilidade, ensinar a participação, rumo à cidadania desejada.

O professor, a escola e o aluno se encontram e compartilham tempos, conhecimentos, saberes e experiências. A escola é uma instituição que serve de “lugar do encontro” aos dois protagonistas: aluno e professor. Nesta relação acontecem os embates e o “combate” entre ideias e ideais, entre análises, possibilidades e perspectivas, entre o que eu sou e o que desejo ser, etc. Neste

contexto a escola passa a ser o lugar do desencontro. Segundo Aquino (1998), a escola é espaço de confronto e de “tensão constante”.

A tensão está demarcada na tese que encontra antítese para chegar a síntese. Esta tensão requer um trabalho efetivo do professor juntamente ao aluno. O professor promove meios, pelos quais o aluno, confronta saberes e conhecimentos que levem a síntese transformadora. Nesta tensão encontram-se desejos e necessidades diferentes e divergentes no tempo e no espaço. Não é sempre que professor e aluno encontram-se em sintonia. Não é sempre que o trabalho na construção do conhecimento é harmonioso. E, muitas vezes o aprendizado não se faz significativo para o aluno, daí a tensão cresce.

Como o aluno não é cliente e, muitas vezes o remédio é amargo mesmo, na construção de conhecimento, há uma evidência clara sobre a necessidade de aprender para garantir a passagem de nível escolar, isso não significa aprender para transformar. A tensão se faz presente e provoca o professor na sua intencionalidade para convencer o aluno da importância na elaboração de sínteses que contribuam na efetiva qualidade social da aprendizagem. Portanto, a tensão está presente o tempo todo entre aquele que ensina e aquele que aprende. É uma tensão que a partir da autoridade do professor confronta-se com o aluno. A ação do professor em sua essência é normativa e confrontativa, pois, dela parte a organização do trabalho pedagógico a ser desenvolvido na escola.

A tensão é saudável, entretanto, em muitas situações a tensão pode gerar indisciplina. E a arma da escola contra o comportamento indisciplinado é o conhecimento. Na escola a indisciplina é protesto, incivilidade, rebeldia e, pode gerar violência física ou simbólica, bem como a depredação. A partir desta análise seria possível afirmar que, são as tensões, indicadoras de comportamentos indisciplinados. Entretanto, a escola não é campo de batalha, nem trincheiras de guerra. As tensões devem ser enfrentadas a partir do processo educacional que prioriza a humanização do homem.

O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA INDISCIPLINA

A escola é o ambiente onde a indisciplina do aluno pode acontecer pela tensão que sofre a relação professor-aluno. Tal relação contempla a tensão pela necessidade que o professor tem de ensinar e o aluno de aprender. Também a escola é o ambiente que reflete os dilemas socioculturais e políticos. Neste sentido a função da escola no processo de socialização é enfrentar, analisar e discutir tais dilemas, promovendo a transformação cidadã promovendo a qualidade social da vida em comum. Entretanto, é também no ambiente escolar que a indisciplina acontece, conforme a tensão e/ou dependente do dilema que provoca o conflito a ser resolvido.

Não obstante ao que já foi apresentado, a análise sobre o enfrentamento da indisciplina na escola, se remete a dois enfoques principais, segundo Aquino (1998,b):

- Análise sociológica – as determinações macroestruturais do tecido social desembocam na escola. A escola, por sua vez, ao receber essas influências sofre e pode acontecer um desequilíbrio entre o que se ensina e o que se aprende. O aluno deixa de aprender o que o professor ensina e passa a ser reflexo da corrupção e da injustiça que se apresenta no tecido social. Aparecem, entre os alunos, os comportamentos irresponsáveis, desrespeitosos,

descomprometidos, etc. Neste contexto o melhor encaminhamento é envolver todos os seguimentos da sociedade para enfrentar o problema da indisciplina;

- Análise Clínico-psicologizante - Haveria uma evolução de “quadros”, de “personalidades” que influenciariam a convivência entre os pares. Os alunos estariam expostos a estas influências desastrosas, onde as “más companhias” os levariam a comportamentos indisciplinados. A teia da indisciplina se transforma em uma armadilha, na qual, os alunos seriam pegos e convencidos de que o comportamento indisciplinado é mais adequado para garantir suas identidades. Neste contexto o encaminhamento é diagnosticar, em qual aluno, está a raiz dos comportamentos indisciplinados e promover encaminhamentos a outros profissionais: psicólogos, psicoterapeutas, assistentes sociais, conselhos tutelares, etc. Também podem ser feitas transferências de escola.

Os autores, indicados nas referências bibliográficas, deste livro, não são totalmente favoráveis aos encaminhamentos indicados nestas duas análises apresentadas. As possibilidades não garantem a melhor solução. Diante dessa crítica é interessante aprofundar um pouco mais a temática para buscar alternativas mais adequadas. O primeiro enfoque, já discutido na unidade I é reconhecer a escola na sua função específica de **ensinar**. Ensina-se algo para alguém quando se sabe o que se quer ensinar. Assim ganha atenção os objetivos que se identificam no planejamento escolar e no plano de aula de cada professor. O que, e, para que, se quer ensinar. Daí a importância em reconhecer-se sujeito em suas inter-relações. Aluno e professor estão contextualizados historicamente e, portanto, refletem influências do todo, assim como a própria instituição escolar. Então, todos somos reflexos, refletidos uns nos outros, mas, também produzimos reflexões. Se não, negamos a possibilidade de transformar a realidade.

Ao produzir reflexões nos tornamos autônomos e deixamos de ser alienados, como indicou Freire (1998). Assim não devemos nos assumir apenas como reflexo do tecido social, mas, sim, como seres autônomos com um pensamento crítico preponderante. Neste sentido aluno, professor e ambiente escolar não são conformados aos dilemas socioculturais e políticos, mas os enfrentam construindo alternativas que promovam as transformações desejadas. Este é o papel da educação escolar. Esta é a função de ensino que a escola, o professor e o aluno assumem em uma perspectiva crítica.

Um segundo aspecto remete-se as tensões geradas na relação professor-aluno quando na articulação dos processos de ensino-aprendizagem. Importa atenção e cuidado com o que se quer ensinar, o que é significativo. Se não é significativo há a necessidade de convencer-se sobre seu significado para

que se possa convencer o outro. Conforme, Buscaglia (1982): Ninguém pode aceitar aquilo que não acredita. O terceiro aspecto refere-se ao aluno que reflete os dilemas socioculturais e políticos e os acomoda em si, tornando-se um mero reproduzidor. Indiscutivelmente a escola e o professor tem a função de transformar tal comportamento. E, se a escola e o professor não possuem competência técnica e compromisso político (MELLO, 1982), abandona-se a função principal da instituição e aliena-se o profissional da educação escolar- o professor. Aquino (1998b), denomina este descompasso de “quebra de contrato”. A instituição escolar e o professor quebram a aliança com o aluno e com a sociedade quando não cumprem com a sua função de transformação da realidade com qualidade social⁵. É mister da expertise do professor e da função da escola decidir-se teórico e metodologicamente em relação à construção do conhecimento. Se deseja uma prática reprodutivista ou uma ação cidadã crítico-transformadora. Esta decisão ainda não é do aluno. Esta escolha pertence ao professor e à escola, que não são neutros. Daí a autoridade institucional e profissional que se constrói pela competência técnica e pelo compromisso político.

Portanto, é possível abandonar uma visão totalizante, a qual, “culpa o mundo” pela indisciplina na escola. É possível identificar os obstáculos de enfrentamento a partir do ambiente escolar. A análise e descrição a partir dos fenômenos que ocorrem no cotidiano escolar são os que retroalimentam os comportamentos indisciplinados, principalmente na relação professor-aluno, Aquino (1998). Atentos para estes aspectos, professor, aluno e instituição escolar afirmam-se comprometidos com o processo de ensino.

Na análise clínico-psicologizante encontra-se a necessidade de desvelar e analisar os aspectos que “rotulam” este ou aquele aluno, como indisciplinado. Da análise feita por Aquino (1998), destacamos aqui: o aluno problema; o aluno desrespeitador, o aluno sem limites, o aluno desinteressado.

- Aluno problema – aquele que não cumpre as tarefas, é faltoso, não presta atenção, inquieto e irresponsável, é um aluno que incomoda a classe e as aulas, chega sempre atrasado e não cumpre as regras da

5 Qualidade Social - o conceito é entendido a partir de uma educação que prioriza a consciência cidadã e o processo de emancipação, onde os sujeitos tornam-se autônomos e transformam a sua realidade e a realidade dos seus pares. Portanto, uma concepção de homem, mais crítica, mais racional que compreende e enfrenta as contradições, libertando-se e tornando-se mais humano. Tudo em prol de um coletivo mais justo, mais digno e com mais inserção crítica, ou seja, mais práxis. Qualidade Social na educação - Uma educação que tenha em seu fundamento o desejo inerente de construir a cidadania crítica, que contribui para a organização de uma sociedade justa, fraterna e transformada, sempre em prol do bem coletivo. Uma educação que priorize em suas relações transversais a análise crítica e a interação com o meio e com os outros homens, aprendendo a conviver de forma sustentável. ORZECOWSKI, S.T.A modalidade da EAD na formação continuada do pedagogo : um olhar sobre a pedagogia social, tese doutorado, PUC/Pr, 2013.

escola. Conforme Aquino (1998) este aluno pode ser um empecilho ou representar uma ocasião privilegiada para demonstrar a competência profissional. E caberá ao professor e à instituição fazer a escolha.

- Aluno desrespeitador – aquele aluno que é mal educado, não respeita os colegas e tampouco o professor. Não demonstra obediência e não respeita as normas da escola. Entre os colegas consegue se irritar com todos. Os professores sentem-se imobilizados e frente a esse comportamento só conseguem lembrar que, no tempo em que foram alunos, não era assim. Na maioria das escolas **não** se tinha esse tipo de comportamento. Segundo Aquino (1998) essa é uma visão romântica sobre a escola. Naquele tempo a escola não era democrática, não existia estrutura para todos frequentarem a escola. Atualmente o encontro acontece democraticamente, temos mais salas de aula e, naturalmente os conflitos também aumentam. E, acrescenta-se a isso a obrigatoriedade da educação básica, ao mesmo tempo, existe um incentivo com a bolsa família para que o aluno permaneça na escola. Portanto, cabe uma análise sobre o porquê se ensina na escola. Para que serve a escola e qual é a sua principal função. Quem são os nossos alunos e como trabalhar pedagogicamente com eles. Estes são questionamentos que podem nortear nossas práticas educacionais daqui para frente.
- O aluno sem limites – Não cumpre com as regras do professor ou da escola. É o que não respeita e passa a ser indisciplinado frente aos encaminhamentos feitos pela equipe pedagógica. Permanece com um comportamento de desatenção e descaso frente às solicitações dos professores e dos colegas. No entanto, esse mesmo aluno conhece as regras e as produz. Fora da escola e fora das atividades escolares existem regras, as quais, ele compreende e com as quais ele se conforma, e, muitas vezes as organiza para o grupo. Cabe à escola e aos professores perguntar-se: porque, no processo educacional, as regras são incompreendidas e não aceitas.

Segundo La Taille (2002) os limites são construídos conforme a moral de cada sociedade. Entretanto, são motivos de confronto entre os limites pessoais. É parte do desenvolvimento humano o risco de ultrapassar os limites. Neste contexto é verdadeiro afirmar que a maioria dos jovens e púberes “testam” até onde vai o limite familiar e também o escolar. Os limites servem de eixos norteadores, balizadores de nossas ações e condutas. Mas, é preciso que se aceite o limite, se compreenda sua importância para a organização do convívio social. Assim, regras, normas e limites são processos a serem construídos e compreendidos, para serem aceitos. Neste sentido, a imposição de limites é

uma prática inaceitável em uma sociedade democrática. Quando isso ocorre, chama-se abuso de autoridade, autoritarismo.

A importância da construção de limites é estudada por Piaget (1994). O autor trabalha com os seguintes conceitos: Anomia, heteronomia e Autonomia.

- Anomia – ausência de regras e normas para a criança pequena, entre 0 a 1 ano de idade. A criança não compreende o limite e, por isso, não identifica perigos, tampouco, regras e normas de prevenção ou de atuação no convívio social.
- Heteronomia – as regras e normas são de fora para dentro. Entre 1 a 3 anos de idade a criança apreende as regras e normas, hábitos e comportamentos que são construídos pelos adultos mais próximos. Os limites, vem de fora, e começam a ser confrontados, mesmo porque a criança é egocêntrica. A criança ainda não compreende e, não aceita tais regras e normas como suas, pois, não são. Por isso, aparecem as “manhas” que a criança faz quando deseja ultrapassar o limite.
- Autonomia – regras e normas começam a ser entendidas, compreendidas e inicia-se um processo de internalização. A criança vai integrando-se ao meio e busca organizar-se para negociar e compreender as regras e as normas. Daí a importância do diálogo e da troca de informações entre a criança e o adulto para que ultrapassem o processo de construção dos limites de forma gradual e adequada. A criança, por volta dos 4 a 5 anos já faz pequenas escolhas de normas e regras que antes eram dos adultos e, agora passam a ser internalizadas e compreendidas como suas. Entretanto, não é mera reprodução, é negociação e troca, que promove o desenvolvimento do pensamento autônomo.

Neste contexto os questionamentos aparecem quando se observa a criança, desde pequena, sendo indisciplinada ou chegando a fase da adolescência sem compreender os limites, as regras e as normas. Pior que isso é chegar a fase adulta sem a “moral da autonomia”, como chama Piaget (1994). Ou seja, ainda adultos sem autonomia permanecem na fase da heteronomia. É necessário que existam regras e normas de fora para que a boa convivência esteja presente entre os homens.

La Taille (1998) acrescenta que na construção dos limites, se leva em consideração o processo de ensino, que pode ser:

- Pelo medo, coação ou punição;
- Pelo amor e cumplicidade;
- Pela confiança e respeito.

Para o mesmo autor a indisciplina é o enfraquecimento do processo de desenvolvimento da Moral. Enfraquecidos moralmente os homens não constroem modos de vida em comum, a essência de cuidar do outro e de si mesmo, Justo (2006), não faz parte da existência humana e, o movimento de tornar-se autônomo se reduz ao individualismo. Neste sentido é prioridade educar-se moralmente observando os valores humanos, os quais, são princípios de convivência social. Tais valores são relevantes porque regulam a moral que normatiza nossas ações e comportamentos circunscritos pelos limites socioculturais de cada sociedade e de cada momento histórico. A tolerância, a justiça e a equidade social são princípios que balizam a moral da vida comum. É importante transpor os limites para reorganiza-los e transforma-los, entretanto, é inegável a necessidade de respeito aos limites que são construídos coletivamente para que não venhamos a sofrer com a imposição destes.

- O aluno desinteressado – Demonstra muita desatenção e seu compromisso não é com a educação. A educação que a escola tem como processo não desperta seu interesse. A Tv, a internet e o celular são mais criativos. O conhecimento, a cultura fora da escola é mais significativa. Este aluno é também aquele da escola particular, o qual, despreza o que o professor oferece. Neste contexto a escola é vista como ultrapassada e incapaz de surtir efeitos transformadores. E, se for isso, melhor mesmo é “sair fora”, como dizem na gíria popular. Entretanto a escola pode ser vista como um ambiente educativo onde o processo educacional é formal. Ela não é como os meios de comunicação e nem pretende ser. Na escola se “trabalha” o conhecimento e não se transmite informação. A informação está em qualquer espaço, mas na escola se “age” sobre a informação transformando-a em conhecimento, por meio da análise crítica. Na escola o aluno não é ouvinte ou espectador, transmissor ou receptor de informações, ele é o sujeito que analisa e constrói conhecimento em articulação e cooperação com seus pares e com o professor. Neste contexto é importante que a escola reveja seus processos de

ensino e de aprendizagem. A função da escola, sua prioridade, seus métodos e suas práticas, sua organização e gestão do trabalho pedagógico, todos estes aspectos merecem cuidado.

Partir da identificação dos aspectos que “tencionam” a escola e as relações professor-aluno, professor-equipe pedagógica, professor-professores, é colocar o olhar sobre a



organização do trabalho pedagógico em si mesmo. Olhar para dentro da escola é observar sua essência que, na visão de Aquino (1998) está impregnada de uma “violência positiva”. Esta violência que constituiu as relações intrínsecas à escola, é justificada por:

- uma representação hierárquica entre professor-aluno. O professor é o que deve saber e, portanto sua função é de ensinar. O aluno é aquele que tem a função de aprender, mas nem sempre deseja. Cabe ao professor promover e incentivar o aluno para a aprendizagem. Neste contexto existe uma organização hierárquica, a qual, é importante para que desenvolva-se a autoridade do professor como articulador entre os processos de ensino e de aprendizagem. Mesmo que posteriormente aluno e professor tornem-se cooperativos, é singular o papel e a função do professor como incentivador e orientador na relação professor-aluno.
- uma compreensão de que a escola é um espaço de transformação. O aluno vem para escola para aprender, para construir conhecimentos, portanto, para transformar-se e transformar a realidade social. A escola é o espaço único e distinto, onde formalmente, o processo de vir-a-ser, é o tempo todo provocado. O aluno é confrontado com a ciência e o professor está promovendo a interação do sujeito que aprende com o conteúdo a ser ensinado. Este é um trabalho árduo, onde o “combate” entre professor e aluno é mediado pelo conteúdo e articulado pelas metodologias de ensino. E, nada disso é realizado sem autoridade.
- uma ação violenta do professor, porque intensa. E assim deve ser. Portanto a autoridade do professor é garantida pela competência técnico-pedagógica e, compromisso político que alicerça o seu papel de ensinar. E, se não ensina perde a autoridade. Lembrando Freire, ensinar exige autoridade. A autoridade docente para este autor, “se fundamenta na competência. A autoridade não é mesquinha, nem arrogante, nem humilhante.” Autoridade é construção da liberdade de todos com responsabilidade. E, neste sentido, que novamente se depara com a ética. A ética nas organizações e na escola. A “ética pedagógica” que requer autoridade daquele que ensina. Autoridade porque conhece o que ensina e porque conhece como se ensina. A autoridade é gestada por cada um no interior de cada organização, de cada instituição. Além do que, na escola, já é tradição a autoridade que todo professor constrói no processo de ensino. A tradição da escola é Ensino. E, na escola crítica, é ensino de qualidade social. Admite-se a transformação e, neste sentido, é um contínuo debate.

Segundo Silva (2004), a ética pedagógica promove e provoca também o professor para uma reflexão sobre:

- Qual é o mundo que representamos aos alunos?
- Quais são os detalhes da vida em sociedade que apontamos e valorizamos?
- Que história deixamos para as novas gerações? Há ainda um olhar de esperança?

Hodiernamente vive-se a crise em todos os setores da sociedade, inclusive a crise ética nas instituições. Vejamos o que acontece com a instituição política. Tais sujeitos, representam a coletividade, entretanto, usam sua autoridade para aprovar leis em benefício próprio. Assim, perdem a autoridade de representação social e coletiva. Perdem a autoridade diante de seus pares e, a autoridade se reflete externamente, embora gestada internamente. Também o professor gesta a autoridade dentro da escola, a qual se reflete para além dela. Porém quando esta autoridade entra em crise, temos um embate entre o que era a autoridade, o que é autoridade, bem como o que está por vir a ser autoridade. Segundo Arendt (1992) “É difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é do seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado.” E, retomando Freire (1996) “O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética.” Portanto, em momentos de crise é a escola uma instituição que prioriza e ensina valores morais, através do exemplo pessoal e coletivo. É na escola que enfrentam-se os dilemas de “ser” homem humanizado, com princípios éticos, os quais, fundamentam a moral que articula-se com o comportamento disciplinado do homem que aprende a conviver.



Se, a função da escola é ensinar, as regras do “jogo pedagógico” devem ser reconhecidas. Portanto, é mister ter claro:

- Qual é a função da escola?
- Qual é a função do docente?
- Existem desvios? Quais?
- Como resistir e resguardar as competências?

Abrir-se para o debate e compreender o aluno dentro do processo de escolarização é fortalecer a função e o papel de cada sujeito a partir do contexto escolar. Discutir e analisar o contexto não escolar é parte do processo de contradição e de totalidade, no qual estamos inseridos. Neste sentido é importante ampliar a crítica com atenção voltada para a organização do trabalho pedagógico

que a escola tem como prioridade. Se, a crise ética e, moral está presente em contextos não escolares, será a escola uma instituição que deve representar, discutir e analisar os princípios éticos que podem embasar comportamentos e atitudes disciplinados, a partir da escola? Este exercício de reflexão sendo aceito pela escola e por seus integrantes, a quem cabe o papel de provocação e convite à análise? Quando respondermos a estas questões, ousamos afirmar que será possível a construção de comportamentos cada vez mais disciplinados, regrados por princípios de convivência e não mais impostos por normas autoritárias. Inclui-se aqui os comportamentos disciplinados de professores que segundo Freire (1996) são exemplo para seus alunos.

ESCOLA E SEUS OBJETIVOS NO ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA

Embora existam dificuldades no enfrentamento da indisciplina dentro da escola, continua a discussão e a necessidade em buscar alternativas e fundamentar análises para proceder tal enfrentamento. A contribuição que traz, este texto, é no sentido de clarear os objetivos educacionais a partir da escola. Não se faz aqui nenhuma alusão ao contexto familiar. Isso, porque defende-se a ideia de que a escola é lugar de embates, entretanto, é na escola que se tem objetivos claros para construir a disciplina para o estudo e, para as análises que precisam ser aprofundadas. Tais análises são propostas sobre o que acontece ao homem situado historicamente no desenvolvimento da sociedade. Neste contexto, não se buscam culpados pela indisciplina apresentada pelos alunos no contexto escolar, mas se analisam propostas e alternativas de organização social que permita a boa convivência.

E, na escola o objetivo principal é “transmitir” conhecimentos, no sentido de oportunizar ao aluno conhecer o que já foi cientificamente construído pela humanidade. A partir disso, outros olhares e novas possibilidades são analisadas na dinâmica da transformação humana desejada, tem-se um caminho científico a ser explorado. Isto posto, o conhecimento é um valor, que segundo Justo (2006):

- Conhecimento é riqueza cultural;
- Conhecimento é progresso para a humanidade;
- Conhecimento é progresso pessoal;
- Conhecimento é base para a Autonomia intelectual.

O conhecimento é um valor humanizado e não um valor econômico vinculado a “bolsa família”, por exemplo. O conhecimento é um valor moral e intelectual. Neste sentido, a ação do professor passa a ser uma ação que promova a:

- diferenciação entre informação e conhecimento;
- análise sobre a manipulação ideológica a que todos estamos submetidos;
- condição de detentor e socializador do conhecimento, na qual o professor se faz agente;
- consciência de que quanto mais controle externo, menos controle interno em cada sujeito e menos autonomia, menos emancipação.

Portanto, o conhecimento tem valor ético, o qual fortalece uma convivência cada vez mais humanizada, por meio de princípios. Tais princípios éticos é que servirão de baliza na construção de normas e regras, as quais, disciplinam a vida social e a própria existência. A partir da compreensão sobre os princípios éticos é que se abandona o enfoque individualista e retoma-se o exercício de vida no coletivo. O “ter” dá lugar ao “ser”, como chama a atenção Justo (2006). Se fortalece o *com*-promisso. Comprometer-se é prometer junto, imbricar-se.

A escola é lugar de compromisso de todos e todas. É lugar de construção da vida em sociedade que imprime lutas e conflitos, mas que, tais embates, gerem consensos e compromissos com a qualidade social. A escola é lugar de enfrentamentos dos dilemas sociais para tratar de sua superação. A indisciplina é um dos dilemas, a qual, merece atenção e embate, para tanto é importante:

- Combater a banalização da vida e dos estudos;
- Fazer uso da razão para estabelecer limites ao invés do afeto e da punição;
- Priorizar os valores morais e éticos ao invés dos da glória (beleza, prestígio social e riqueza);
- Analisar criticamente a globalização que valoriza o individualismo, o hedonismo, o consumismo e a insatisfação permanente material, espiritual e psicológica;
- Compreender o processo de construção da moral em desenvolvimento contínuo;

- Estabelecer vínculos de respeito mútuo entre professor e aluno;
- Reaprender o amor racional calcado na compreensão, no respeito mútuo, na reciprocidade e na justiça;
- Ao professor também cabe respeitar-se para não decair aos olhos dos alunos nem aos olhos da comunidade escolar.

Joe Garcia (1999, 2008) escreve que no processo de enfrentamento da indisciplina são aspectos importantes:

- Mudança de paradigma;
- Gestão compartilhada e cooperativista;
- Tecido social com práticas preventivas;
- Dimensão pró-ativa das práticas educacionais;
- Abandono das práticas comportamentalistas e mecanismos de controle e punição;
- Implantação da “cultura da paz” nas escolas;

Freire (1996) aponta algumas ações do professor que garantem o sucesso em sala de aula em relação ao comportamento do aluno e sua atenção:

- Rigoriedade científica e metodológica;
- Compromisso com o contrato didático;
- Dialogicidade e bom senso;
- Autoridade;
- Ética;
- Reflexão crítica;
- Relação teoria-prática;
- Ter clareza sobre a concepção pedagógica;
- Alegria e esperança;
- Gostar de ser professor e aprender a sê-lo constantemente.

Portanto, no processo de enfrentamento da indisciplina não existem culpados, nem vítimas, o que se observa é a necessidade de se comprometer com regras e normas claras dentro da escola. Na escola que tem uma função, um foco, uma essência, é mais ativo e mais presente o processo de enfrentamento na construção dos limites. Também os adultos que estão atentos aos comportamentos e atitudes dos mais jovens promovem um diálogo mais satisfatório na condução de ações preventivas à indisciplina. E, como professor é importante observar o quanto o aluno está atento aos comportamentos e as possibilidades de enfrentamento, nas quais, ele imprime sua conduta indisciplina e ocupa qualquer lacuna deixada para objetivar sua rebeldia ou sua ação violenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação em um contexto social onde a indisciplina torna-se uma ameaça é um descaso com o processo de transformação natural de cada sujeito. Na escola as análises sobre a indisciplina e a violência perpassam a busca pelos culpados. É uma caça àqueles que fazem do aluno um sujeito indisciplinado. Uns acusam a família, outros acusam a sociedade. No texto em questão, essas “culpas” são infundadas. A família não pode ser culpada de algo que ela não participa ativamente. E a sociedade não pode servir unicamente com os modelos inadequados, afinal, porque os alunos não copiam os bons exemplos.

A indisciplina é um ato de enfrentamento dos limites, os quais, obstaculizam uma meta almejada. Quando o sujeito imprime sua força para ultrapassar o obstáculo, pode ser mal interpretado e pode gerar indisciplina. Quando a indisciplina é fato, existem punições. Autores citados neste texto, não são favoráveis às punições, à coação e à coerção. A indicação é para que se construam “pontes” de diálogo, nas quais, o encontro com o outro propicie uma articulação equilibrada entre o que seja necessário e importante com o que se deve e pode fazer, sem prejudicar a si mesmo, nem o outro. É um diálogo de respeito, de coparticipação, de construção coletiva, de justiça social e, de implementação democrática das normas e regras, limites e riscos, merecedores de análises racionais adequadas e satisfatórias para a convivência em sociedade.

O processo educacional é intenso e fortalecido quando aquele que ensina sabe ensinar e aquele que aprende se convence da importância e do significado do que se ensina. Entretanto, se estas forças não se complementam, a indisciplina se torna protesto contra o que não se compreende. A tensão deve ser positiva para promover a autonomia dos sujeitos, onde cada integrante do processo se educa e convive bem socialmente. A autonomia é que garante ações adequadas e tolerantes, onde os sujeitos têm comportamentos disciplinados porque compreendem sua importância na organização da vida coletiva.

A escola tem um papel fundante na construção da disciplina, mesmo porque existem outras instituições e uma cultura reducionista e imediatista, onde o engodo e a trapaça são comportamentos que trazem vantagens. Portanto, a escola que não queira ser parceira destas instituições ou destas ideias, faz-se diferente e, muitas vezes, é o único ambiente ético e estético, com o qual os sujeitos têm contato. Até, por isso, a escola persiste e existe como transformadora de comportamentos e atitudes desejáveis no processo de humanização.

O educador que assume a função de educar na escola já está tecnicamente assumindo o processo disciplinar no ensino e na aprendizagem. A escola é um ambiente formal, no qual, acontece um processo regular de educação. Neste local já existem regras e normas além das regras e normas da própria profissão. Ser professor é assumir uma tradição de promover a transformação em prol de uma sociedade mais justa, mais respeitosa, mais humana e mais tolerante. Assim escola e professor são grandes aliados na construção de comportamentos disciplinados ou não. Neste contexto, seguem educadores e educandos mais, ou, menos, disciplinados, conforme as escolhas políticas e éticas de cada instituição escolar e de seus membros, os quais, integram, regem e difundem comportamentos com princípios éticos, ou não.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 3a ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n47/v1947a02.pdf> A violência escolar e a crise da autoridade docente. Júlio Groppa Aquino, **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 47, dezembro/98b.

DE LA TAILLE, Yves. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2002.

MELO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º Grau - da Competência Técnica ao Compromisso Político**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Nelson Pedro. **ÉTICA, INDISCIPLINA E VIOLENCIA NAS ESCOLAS**, vozes, 2004.

JUSTO, Jose Sterza, La Taille, Yves de, Silva, Nelson Pedro **Indisciplina/ Disciplina - Ética, Moral e Ação do Professor**, Porto Alegre: Mediação, 2006.

<file:///C:/Users/Eliane/Downloads/Dialnet-IndisciplinaNaEscola-4813435.pdf> GARCIA, Joe. **Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva**. R. paran. Desenv., Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 101-108.

<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/959/815> GARCIA, Joe. **INDISCIPLINA NA ESCOLA: Questões sobre mudança de paradigma**. Contrapontos - volume 8 - n.3 - p. 367-380 - Itajaí, set/dez 2008.

FULGHUM, Robert. **Tudo que eu devia saber na vida aprendi no jardim-de-infância**. Editora Bertrand Brasil 1988.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

AQUINO, julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.2 São Paulo Jul/Dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011, acesso em 15/03/2008.

